

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.519 - RN (2020/0275714-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ARISTOTELES DUARTE DE MEDEIROS GUILHERME
AGRAVADO : JOSE HUMBERTO DA ROCHA
AGRAVADO : RICARDO WAGNER DE SOUZA ALCANTARA
ADVOGADO : ANA CAROLINA GUILHERME COELHO - RN008930

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pela UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado por UNIÃO, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. MAJORAÇÃO DO VENCIMENTO BÁSICO. RETROATIVIDADE A MARÇO DE 2002. DIFERENÇA DEVIDA A TÍTULO DE VPNI. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. COISA JULGADA. REDISCUSSÃO INCABÍVEL. IMPROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

1. Agravo de instrumento interposto por UNIÃO FEDERAL contra decisão do Juízo da 1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, estabelecendo que, na conta debatida nesta lide, deve ser computada a Gratificação Temporária na apuração da VPNI devida ao exequente Ricardo Wagner e também deve ser considerado o percentual de 135% (cento e trinta e cinco por cento) sobre o vencimento básico dos exequentes, a título de Representação Mensal.

2. De acordo com o título executivo judicial, assim, a VPNI é composta pela diferença entre a remuneração paga em março/2002 (remuneração inclui vencimento básico, Representação Mensal e Gratificação Temporária - estas duas últimas ainda não extintas naquele momento) e o novo percentual fixado a título de - 30% do vencimento básico já reajustado, "sem a Representação Mensal e a *pro labore* Gratificação Temporária". Foi justamente a exclusão dessas duas parcelas remuneratórias que deu ensejo ao que a UNIÃO agora considera excesso.

3. No entanto, a tentativa de rever o critério estabelecido no acórdão transitado em julgado mostra-se inoportuna. Aliás, a própria UNIÃO, nas razões da impugnação de sentença, afirmou textualmente que busca "corrigir, com fundamento nos

dispositivos da MP nº 43/2002 (convertida na Lei nº 10.549/2002), o critério utilizado pelo Tribunal para verificar a ocorrência do decesso remuneratório, qual seja, a remuneração recebida no dia 25/06/2002." Segundo a UNIÃO, para a apuração da VPNI deveria ser levada em consideração a remuneração total recebida entre março e junho/2002.

4. Registre-se que a própria UNIÃO desistiu do Recurso Especial que houvera manejado em face do acórdão ora em execução, sob o argumento de que ele estava em consonância com o entendimento exposto na Súmula 77 da AGU (fl. 500). Não cabe, agora, - em um aparente reconhecimento do erro então cometido -, voltar a discutir o teor do acórdão transitado em julgado e que se encontra em execução.

5. Agravo de instrumento improvido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1022 do Código de Processo Civil, no que concerne à ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 494, 502, 503, 505, 507, 508 e 509, todos do Código de Processo Civil, no que concerne à violação da coisa julgada, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Na origem, tem-se execução relativa a valores de eventuais perdas salariais ocorridas em VPNI em virtude da implantação da nova remuneração dos Procuradores da Fazenda Nacional, estabelecida pela MP nº 43, de 25/06/2002, e a remuneração percebida em mar/02.

A UNIÃO então foi intimada para apresentar manifestação sobre os cálculos apresentados pela parte exequente, no valor total de (nov/18), R\$ 5.180.856,29 esclarecendo que restou expressamente determinado na decisão transitada em julgado que, com o advento da Lei n. 11.784/2008, foi suprimida a denominada VPNI, uma vez que a referida vantagem foi absorvida pela majoração salarial da parte exequente trazida pela reestruturação da sua carreira instituída por referida lei.

No caso, verifica-se que, somando as três rubricas efetivamente percebidas pelos recorridos em março/2002 com o valor que passaram a receber em junho/02, na verdade, eles tiveram um ganho salarial de R\$ 1.024,61.

Ocorre que os recorridos utilizaram o artifício (na apuração de diferença de VPNI porventura existente entre estes dois meses) de considerar apenas o vencimento básico que obtiveram em julho/02, retroagindo tão-somente esta rubrica (VB), para março/02.

Ora, quando a Administração implantou o novo vencimento básico da categoria, que promoveu um substancial reajuste desta rubrica de R\$ 463,86 para R\$ 5.054,06, ela o fez com o intuito

de incorporar a representação mensal que antes de julho/02 era paga numa rubrica à parte.

Foi a mesma coisa que aconteceu, por exemplo, com os servidores do PCC/PGPE que percebiam o vencimento básico e a GAE (cujo valor era equivalente a 160% do VB) e a partir de jan/09 tiveram o valor desta rubrica (GAE) incorporada ao vencimento básico, neste caso, seria a mesma coisa dos servidores requererem o pagamento da GAE que foi extinta (assim como foi a representação mensal, através da MP nº 43/02) em 160% sobre o novo vencimento básico majorado.

O art. 5º da MP nº 43, de 25/06/02 (convertida na Lei nº 10.549/2002) excluiu a representação mensal da remuneração dos ocupantes deste cargo (Procurador da Fazenda Nacional) e só admite a hipótese de pagamento de VPNI, em seu art. 6º, caso haja redução na remuneração destes servidores, o que não aconteceu.

Dispõem essas normas:

(...)

O que se apreende é que os recorridos pretendem o que se diz no jargão popular: "o melhor dos dois mundos", ou seja, retroagiram o novo vencimento básico para mar/02, mas, não consideraram os demais dispositivos da MP nº 43/02, que seriam: a redução do *pro labore* para 30% do novo VB e o fim da representação mensal, apenas consideraram o novo vencimento básico de R\$ 5.054,06 e sobre este incidiu um *pro labore* num percentual muito acima de 30% e a representação mensal de 135% também sobre este vultoso vencimento básico (que já havia incorporado esta rubrica a partir do mês de julho/02).

Dessa forma, objetivavam retroagir para mar/02 a nova remuneração que só vieram a obter em julho/02 (!) e que esta fosse considerada em todos os seus aspectos, não apenas retroagindo o vencimento básico desconsiderando o novo percentual do *pro labore* (que passou a ser de apenas 30%, como já dito) e o fim da representação mensal.

No entanto, esta alegação de perda salarial dos autores, eminentemente matemática ou contábil, não foi apreciada por nenhum perito contábil para averiguar se houve, entre mar/02 e julho/02, de fato, perda salarial para estes Procuradores, de forma que nada resta devido aos exequentes, sendo o excesso de execução total.

Ademais, os demandantes executaram suas diferenças de ago/02 até jun/08 e está provado que não houve redução salarial e sim, incorporação da representação mensal, pegando, como exemplo, o exequente ARISTÓTELES, sua remuneração bruta, em mar/02, totalizou R\$ 6.758,18 e, em julho/02, aumentou para R\$ 9.027,79, provando não ter ocorrido perda salarial. Não fosse suficiente, em nov/02, a UNIÃO pagou aos demandantes o retroativo de vencimento básico e ATS decorrente do período:

mar/02 até jun/02.

A presente execução alusiva a esta VPNI deve findar em junho/06, pois a partir de jul/06 a carreira de Procurador da Fazenda Nacional foi reestruturada, passando os mesmos a receberem subsídio ao invés de vencimento básico e, nesta transformação, ocorreu ganho real salarial.

Para ilustrar, em junho/06, a parte recorrida teve como remuneração bruta o total R\$ 10.180,84 e, em jul/06, esta passou para R\$ 11.166,00, assim, com a implantação deste subsídio e o estabelecimento de novo padrão remuneratório para estes Procuradores, além do fato da representação mensal estar extinta desde a MP n° 43/02, transformada na Lei n° 10549/02, cessa qualquer eventual perda salarial alegada por estes exequentes, devendo a presente execução ser limitada até jun/06.

Logo, ao desconsiderar a previsão do título executivo judicial transitado em julgado, houve ofensa ao CPC, consubstanciada nas normas abaixo transcritas:

(...)

Portanto, vislumbra-se maltrato à coisa julgada e a consequente necessidade de, primeiramente, desconstitui-la pela via adequada para afastar a absorção da VPNI (fls. 744/746).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação dos arts. 5° e 6°, ambos da Medida Provisória n. 43/2002, no que concerne à aplicação ultrativa do regime jurídico temporário, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nesse ponto, quanto ao valor da VPNI e seu limite, verifica-se que a MP N.º 43/2002 não prevê a aplicação ultrativa de tal regime jurídico temporário, compreendido entre 1703/2002 a 25/06/2002, prevendo o eventual pagamento de VPNI caso haja redução remuneratória em comparativo com as outras carreiras da Advocacia Pública, a partir de 26/06/2002, tendo como parâmetro o regime jurídico anterior à edição da Medida Provisória em análise.

O novo regime jurídico, instaurado a partir de 26/06/2002, iguala as remunerações das carreiras da Advocacia Pública, corrigindo distorções anteriores, servindo a VPNI, nesse contexto, tão somente para eventual desnivelamento remuneratório em comparativo com outras carreiras e não para aplicação ultrativa de regime jurídico temporário, sem previsão legal.

Explicando de forma simples e direta: a VPNI não foi instituída para aplicação ultrativa de regime jurídico temporário, compreendido entre 1º/03/2002 a 25/06/2002, pois, além de não haver previsão legal, como a resultante do art. 3º, com relação ao período subsequente, a partir de 26/06/2002, o objetivo da lei foi a equiparação remuneratória entre as carreiras da Advocacia Pública e não a superioridade remuneratória *ad eternum* da carreira de Procurador da Fazenda Nacional.

Dessarte, após o advento da Medida Provisória n. 43/2002, a remuneração de Procurador da Fazenda Nacional passou a ser composta tão somente pelo vencimento básico e pelo *pro labore* limitado a 30% do vencimento básico, equiparando-se, enfim, às demais carreiras da Advocacia Pública, não havendo previsão legal de aplicação ultrativa do regime jurídico temporário inserido no período compreendido entre 17/03/2002 a 25/06/2002.

Ante a ausência de dispositivo legal determinando a aplicação do regime jurídico temporário, do período compreendido entre 17/03/2002 a 25/06/2002, não se mostra possível a incidência de tal regramento no período subsequente, a partir de 26/06/2002. A previsão legal de aplicação temporal desse regime jurídico provisório não leva à sua aplicação ultrativa a período subsequente, com base no argumento de suposto decesso remuneratório. Tal interpretação infringiria de forma lógica a própria estipulação das novas regras referentes ao novo regime jurídico remuneratório (fl. 746).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem especificar quais foram os incisos violados. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF”. (AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019.)

Quanto à segunda controvérsia, por sua vez, o acórdão recorrido assim decidiu:

Registre-se que a própria UNIÃO desistiu do Recurso Especial que houvera manejado em face do acórdão ora em execução, sob o argumento de que ele estava em consonância com o entendimento exposto na Súmula 77 da AGU (fl. 500). Não cabe, agora, - em um aparente reconhecimento do erro então cometido -, voltar a discutir o teor do acórdão transitado em julgado e que se encontra em execução (fl. 668).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação,

por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ademais, o Tribunal de origem ainda se manifestou nos seguintes termos:

De acordo com o título executivo judicial, assim, a VPNI é composta pela diferença entre a remuneração paga em março/2002 (remuneração inclui vencimento básico, Representação Mensal e Gratificação Temporária - estas duas últimas ainda não extintas naquele momento) e o novo percentual fixado a título de *pro labore* - 30% do vencimento básico já reajustado, "sem a Representação Mensal e a Gratificação Temporária". Foi justamente a exclusão dessas duas parcelas remuneratórias que deu ensejo ao que a UNIÃO agora considera excesso.

No entanto, a tentativa de rever o critério estabelecido no acórdão transitado em julgado mostra-se inoportuna.

Aliás, a própria UNIÃO, nas razões da impugnação de sentença, afirmou textualmente que busca "corrigir, com fundamento nos dispositivos da MP nº 43/2002 (convertida na Lei nº 10.549/2002), o critério utilizado pelo Tribunal para verificar a ocorrência do decesso remuneratório, qual seja, a remuneração recebida no dia 25/06/2002." Segundo a UNIÃO, para a apuração da VPNI deveria ser levada em consideração a remuneração total recebida entre março e junho/2002.

Da simples leitura desse excerto extraído da defesa da UNIÃO, comprova-se sua tentativa de rever os critérios de apuração da VPNI que se encontram acobertados pela coisa julgada. Não há como, nesta via judicial, se rediscutir a decisão judicial transitada em julgado (fl. 667).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal consiste no reconhecimento da violação à coisa julgada através da revisão da interpretação do teor do título executivo judicial realizada pela Corte de origem, o que demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ firmou que “esta Corte Superior de Justiça firmou orientação no sentido de não ser possível, em recurso especial, rever o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem quanto ao teor do título em execução, a fim de verificar-se possível ofensa à coisa julgada, aplicando o enunciado da Súmula 7/STJ” (AgInt no AREsp 770.444/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 15/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt nos EDcl no AREsp 1.588.826/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 1º/7/2020; REsp 1.431.610/GO, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/2/2019; e AgRg no AREsp 755.581/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 29/2/2016.

Quanto à terceira controvérsia, por fim, encontra-se a mesma prejudicada em sua análise, porquanto dependente do acolhimento da segunda controvérsia, cujo conhecimento, restou afastado.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente